



PARECER CONJUNTO Nº DAS COMISSÕES REUNIDAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER, E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 131/2018.

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do vereador Aurélio Nomura (PSDB) que dispõe sobre a isenção de IPTU em favor das casas de repouso ou repúblicas de idosos e dá outras providências”.

Nos termos do projeto, fica isento o imóvel que seja utilizado como casa de repouso ou república de idosos carentes no Município de São Paulo.

A justificativa apresentada pelo nobre autor aponta que os munícipes idosos e carentes usuários desses estabelecimentos merecem atenção pelos legisladores, uma vez que não possuem renda, e que esses estabelecimentos, diante dos custos altos tributários, podem ter sua subsistência e manutenção econômica prejudicada.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, na forma de um **substitutivo**, motivado pelas seguintes razões:

- adequar a redação à melhor técnica legislativa;
- delimitar o significado dos termos “idoso carente”, “república de idosos carentes” ;
- incorporar parte das manifestações do Executivo; e
- excluir teor que resultava em violação ao princípio da harmonia e independência entre os poderes.

Ante o exposto, considerando a conveniência e a oportunidade da propositura, a Comissão de Administração Pública manifesta posição **favorável** ao projeto sob a forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, no âmbito de sua competência, ressalta que o projeto é meritório. **Favorável**, portanto, é o parecer, na forma do **substitutivo apresentado pela CCJLP**.

Quanto ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, tendo em vista que a matéria não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está condizente com os referendos legais de conduta fiscal. **Favorável**, portanto, é o parecer, **nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa**.

Sala das Comissões Reunidas,